

RESENHA

NEGRI, A.; COCCO, G. **GLOBAL: biopoder e luta em uma América Latina globalizada.** Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2005. 271 p.

André Souto Rezende¹
andresoutoufg@hotmail.com

Uma obra envolvente, de escrita ágil e vertendo para a esquerda política. Com autoria dupla de Antonio Negri e Giuseppe Cocco (2005), o texto nos enriquece de argumentos em um pensamento crítico sobre o tardio capitalismo que se instalou na América Latina e como a estruturação nacional pode ser uma resposta ao mundo globalizado.

O livro faz uma análise sobre a América Latina ante uma economia atrelada à tese que esta região é insustentável por si só, dentro de um contexto de enfraquecimento crônico do desenvolvimento independente, retratando ainda o colapso do plano neoliberal. A abordagem central é a mudança de compreensão no estudo da mútua dependência e da reformulação do plano político e das teorias na compreensão da atual circunstância latino-americana.

A obra está dividida em cinco partes, nas quais são feitas referências desde o período pós-guerra, passando pelo fracasso do projeto neoliberal na década de 1990, até a subida esquerdista nos países latino-americanos.

Na Parte I, Negri e Cocco (2005) apontam que os países latinos têm trajetórias históricas semelhantes, bem como os problemas. São três os países analisados: Argentina, Brasil e México, os quais, segundo os autores, registram uma influência dos Estados Unidos. Em função da exploração das matérias-primas e do mercado consumidor desses países, houve inúmeros traços de intervenções políticas dos governos estadunidenses na administração local. Fica evidente que após a colonização “a nação transforma-se em uma herança, não uma conquista, uma etapa de uma linha contínua e não uma ruptura radical: o passado sobredetermina o presente” (NEGRI; COCCO, 2005, p. 43). Diante disso, o livro propõe novos conceitos visando os três gigantes da América Latina.

¹ Geógrafo - Instituto de Estudos Sócios Ambientais – IESA/UFG.

O desafio que os autores se colocam é demonstrar como (alguns) países latinos de fato deixaram a dependência semicolonial transitando para um nível globalizado, estruturando as várias faces da força de trabalho, uma característica que emerge nas lutas urbanas por melhores condições de formação.

Segundo percebe-se na obra, tanto o desenvolvimentismo quanto o projeto neoliberal levaram ao mesmo caminho, a exclusão de camadas sociais. A desigualdade é termo permanente em todo o texto, e “se o continente latino-americano é o mais desigual do mundo, o Brasil é o país mais desigual da América Latina” (NEGRI; COCCO, 2005, p. 19).

Depois de tratar da colonização e suas heranças, a Parte II nos é apresentada abordando as ditaduras e as promessas de um milagre econômico sob as rédeas de um biopoder que elimina as liberdades democráticas utilizando seus instrumentos: prisões, torturas e outros tipos de ataques. O projeto desenvolvimentista não deu muito resultado, pois ao chegar à década de 70, “o ingresso na era neoliberal da globalização acelerada não deixa mais espaço para os projetos locais” (NEGRI; COCCO, 2005, p. 32).

Vemos a mão forte do capitalismo que unifica e joga com seus tentáculos em sentido de reprimir e subjugar em nível global.

A lição que se tira do desenvolvimentismo é que não é possível o avanço sem que haja a solidificação da soberania nacional, muito embora estes planos de crescimento sejam inadequados para tempos atuais, são impotentes diante da era pós-industrial.

Na década de 80, ainda no primeiro período, logo após a democratização os países latino-americanos novamente se vêem diante de problemas parecidos, dentre eles a dívida externa. Com o crescimento da dependência internacional há também o aumento das desigualdades sociais. Os autores rabiscam um cenário onde este momento parece ter saído de estória em quadrinhos, não aqueles coloridos, pois foi um momento amargo de prefixos heróicos como super e hiper, mas que caracterizavam não uma dádiva, e sim a inflação.

Já na Parte III, eis que surgem como soluções medidas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington — a abertura de mercado e privatizações. Para Negri e Cocco (2005), seria o segundo falso milagre, este tão, ou talvez mais,

perverso que o primeiro. Diante do que os autores relatam, é um plano que não dá espaço para os projetos nacionais, destroçando uma possível aliança entre Estado e capital, obrigando a todos, literalmente, a participar de uma nova realidade: a interdependência.

O Estado fraco viu emergir dentro do processo de globalização traços do neoliberalismo, como as privatizações de empresas nacionais, uma forma de representar como o mercado poderia ser a plataforma de organização da sociedade com maior eficiência que o próprio Estado, até então desenvolvimentista. Os países latinos americanos passam da “dependência e interdependência coloniais à interdependência imperial” (NEGRI; COCCO, 2005, p. 166).

A queda de braço das elites locais deixou de ser apenas entre eles e tomou dimensões planetárias, mostrando que os mais fracos sucumbem diante dos mais potentes.

É uma nova etapa de crescimento, não aquele baseado apenas em uma amplitude econômica, mas em um desenvolvimento capitalista subordinado. O que fica claro, como defendem os autores, é que os países busquem pela estruturação sustentável fazendo um elo entre a modernização e “antimodernidade”.

Nesta etapa da obra também é mostrado como o Estado-nação tem por pilar o biopoder que marginaliza ainda mais os excluídos, que muitas vezes enxergam nas migrações o único caminho para atingir uma ascensão, a cultura, enfim, a cidadania.

Para que possamos entender, Negri e Cocco (2005) nos fazem voltar ao termo desenvolvimento, o qual é planejado pelas elites, que acabam não prevendo que a abolição e a imigração internacional, constituirão as regiões mais industrializadas do continente, uma vez que onde estes fatores se cruzam é que surge a modernidade latino-americana. Os autores ressaltam que o racismo e a discriminação são o mal maior desta conta. “Como se defender?” (NEGRI; COCCO, 2005, p. 153). A resposta é o biopoder (instrumentos) e a biopolítica (regulamentação dos meios).

Diante da resistência das forças de trabalho, da migração interna que se sucedeu na Argentina e Brasil, e da externa que ocorreu no México, as elites vêm

seus pilares ficarem abalados. Uma verdadeira rachadura causada pelo movimento das multidões.

A migração se confunde com a formação das metrópoles, onde a multidão tenta se esquivar dos tentáculos do biopoder, antecidos pelo biopolítico, que usa de frases da ideologia liberal, mas são interpretadas como revolucionárias.

Fadada ao fracasso, mesmo que de certo modo, a estruturação do trabalho imposta pelo neoliberalismo, segundo os autores, perece, uma vez que seus instrumentos não são tão eficazes em países apenas em pleno desenvolvimento, graças à ineficiência do mercado em acompanhar as diversidades e as dimensões do trabalho dito intelectual.

A penúltima etapa da obra, a Parte IV, mostra que neste início de século XXI, emerge a derrota do projeto neoliberal, dando lugar, em alguns países, ao renovado populismo nacionalista, não baseado em revoluções como outrora, mas na realidade do povo, como a eleição do presidente Lula.

Para os autores, coube à esquerda ser porta-voz da nova ideologia em defesa da soberania nacional. E não só as vozes estão mudando, o globo está diferente, a economia americana é um exemplo: o dólar já não é o mesmo, as balanças comerciais não deixam sinais de imunidade, e ambos os fatos abalam a hegemonia estadunidense. A obra ressalta a necessidade de termos consciência que estamos diante de uma nova fase de políticas emancipatórias, tanto que os autores reafirmam este ponto deixando a idéia que a independência nacional se dá junto de condições de crescimento do chamado capital periférico diante do centro, buscando uma independência reacionária.

A escalada só foi possível porque o Império esqueceu a América Latina, durante um período estava ocupado tentando ser a “polícia do mundo”, exemplo disso é a derrubada do governo iraquiano. O terrorismo é o pano de fundo para outras investidas na incansável busca pelo petróleo. Este afastamento permitiu que acontecessem algumas mudanças político-sociais, dentre elas, o fortalecimento da esquerda, e a transformação das relações entre aqueles que dominam e os que são dominados. Esta última parte tem sido muito diferente, pois há uma nova realidade quanto à organização do sistema.

Uma proposta que os autores trazem tenta reavaliar o termo Império, não o empregando apenas aos EUA, mas sim a todo capitalismo. Mas, para o bem de todos, as articulações européias e estadunidenses diminuem, com isso a dependência econômica também tem sido afastada.

A Parte V nos traz a idéia do “New Deal” dos países da América Latina, que tem por base a estruturação nacional, sólidas forças de instrumentos capazes de suportar crises, além da integração em blocos, fato comum após o fim da Guerra Fria, ou seja, uma forma de fazer parte da nova ordem mundial. É claro, sem deixar de lado a força das classes subalternas, as multidões, formadas por sujeitos que esperam junto com o governo transformar as relações de trabalho e produção, consecutivamente, a vida.

As rédeas da situação estável sem a sombra da hiperinflação, estão vinculadas às altas taxas de juros, inclusive mantidas no governo Lula, porém, neste momento há uma resistência de vários importantes segmentos da sociedade ante o neoliberalismo. O fortalecimento de um Estado nacional ganha aliados, é a biopolítica diante de uma tentativa de libertar os governantes dos entraves outrora vinculados com a práticas neoliberais.

Os países latinos precisam construir uma estrutura capaz de torná-los competitivos, democráticos. Como resposta a isso, a eleição de esquerdistas têm aflorado na América Latina, visto que os movimentos das multidões é uma engrenagem das atividades de governos.

Os autores deixam-nos o entendimento que devemos nos ater a corrigir os rumos, pois a desigualdade é uma constante em nossos territórios. A democracia construída depende de uma integração, agindo de baixo para cima, seja se tratando de cidades ou das ditas classes sociais, é preciso a convergência das forças em torno de valores comuns, como a educação, a segurança e soluções para os problemas urbanos.

Enfrentar a interdependência dos países é compreender que muitas vezes suas instituições são, sozinhas, incapazes de superar crises planetárias. A solução virá se o fortalecimento das lutas pela democracia interna se cruzarem com os fluxos globais. Assim teremos as nações latinas fortalecidas, democráticas e capazes de governar as inter-relações.

A linha de raciocínio de Negri e Cocco (2005) leva-nos a crer que é hora de abandonarmos a segregação que se impôs em nossos territórios. O texto seria uma chama para despertarmos a caminhar visando à derrubada das ideologias periféricas e dando uma amostra de como a força das multidões pode contribuir para a reestruturação dos países.

Referência

NEGRI, A.; COCCO, G. **Global**: biopoder e luta em uma América Latina globalizada. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2005. 271 p.